

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

TIPO/Nº: PLV 14/2024

AUTOR: Ver. Prof. Denise

RELATOR: Laurinha

DATA: 04/03/2024 Presidente: Laurinha

RELATOR

PARECER DA CONSULTORIA JURÍDICA: ☒ SIM () NÃO
VISTA AO AUTOR PARA ADEQUAÇÃO: () SIM () NÃO

DATA: 04/03/2024

Relator: Laurinha

() O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa

(X) O presente projeto NÃO atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é inadequado a Técnica Legislativa.

Relator Laurinha em 24/04/2024

Colocado o Processo em votação na CCJCDH, votou cada membro:

<p>Vereadora Laurinha</p> <p>() ADMISSÍVEL (X) INADMISSÍVEL</p> <p><u>Laurinha</u> Presidente</p>	<p>Vereador Paulo Roldão</p> <p>() ADMISSÍVEL (X) INADMISSÍVEL</p> <p><u>Paulo Roldão</u> Vice-Presidente</p>
<p>Vereador Rovam Castro</p> <p>() ADMISSÍVEL (X) INADMISSÍVEL</p> <p><u>Rovam Castro</u> Secretário</p>	<p>Vereador Júlio Lamim</p> <p>() ADMISSÍVEL (X) INADMISSÍVEL</p> <p><u>Júlio Lamim</u> Membro</p>

Vereador Julio Cesar Pereira da Silva

() ADMISSÍVEL
() INADMISSÍVEL

Julio Cesar Pereira da Silva
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

() ADMISSIBILIDADE
(X) INADMISSIBILIDADE

Câmara Municipal, Rio Grande, 30 de abril de 2024.

Laurinha
Presidente

304



PARECER JURÍDICO

**EMENTA: PARECER AO PROJETO DE LEI
DE VEREADOR 014/2024**

Para análise desta Consultoria o Projeto de Lei nº 014/2024 de autoria do Vereadora Professora Denise.


Analisando o processo epigrafado, entendemos por remeter o mesmo aos órgãos de assessoria desta Casa, IGAM, que emitiu a Orientação Técnica 7.226/2024 e DPM que emitiu a Orientação Técnica 789/2024 , à qual nos filiamos na sua integralidade.

Conclusão

Diante do exposto, considerando a natureza opinativa do parecer jurídico, que não vincula, por si só, a manifestação das comissões permanentes e a convicção dos membros desta Câmara, e assegurada a soberania do Plenário, a Procuradoria opina pela inviabilidade do Projeto de Lei nº 014/2024.

Rio Grande, 10 de abril de 2024.


Roger Martins da Rosa
OAB/RS 65189
Subconsultor Jurídico
Câmara Municipal do Rio Grande


Osvaldino Oliveira da Silva
Consultor Jurídico
OAB/RS: 115526
Câmara Municipal do Rio Grande

20/4

Porto Alegre, 1º de abril de 2024.

Orientação Técnica IGAM nº 7.226/2024.

I. O Poder Legislativo de Rio Grande solicita orientação e análise de Projeto de Lei nº 14, de iniciativa parlamentar, cuja ementa versa: **DISPÕE SOBRE A RESERVA DE LEITOS PARA MÃES EM SITUAÇÃO DE PERDA GESTACIONAL.**

II. De pronto, cumpre registrar que, através da Orientação Técnica IGAM nº 20.388/2023, analisou-se o Projeto de Lei nº 91, de iniciativa parlamentar, cuja ementa versa: **ASSEGURA QUE AS UNIDADES DE SAÚDE DA REDE PÚBLICA E PRIVADA MUNICIPAL GARANTAM OS DIREITOS DE MULHERES QUE SOFRA PERDA GESTACIONAL E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Ambos os projetos possuem cernes idênticos.

Conforme já pontuado, muito embora o Município possua competência para legislar sobre assuntos de interesse local, e a saúde seja um direito que tem suas bases fixadas no texto Constitucional (Art. 196 e art. 197). A criação de protocolo de atuação pelas unidades de saúde pela ignição de vereadores encontra obstáculo no que concerne à iniciativa legislativa

O projeto de lei em tela, assim como o outrora analisado, ao propor uma reserva de vagas em leitos, fixa atribuições à rede municipal de saúde e demais esferas da administração, em clara afronta ao princípio da separação dos poderes, sem ater-se aos aspectos gerais que viabilizaria a ignição parlamentar.

Ainda, o PL também dispõe quanto à reserva de vagas em unidades hospitalares privadas, muito embora o mérito do tema, não observa princípios da livre iniciativa, sacramentado no art. 170, da Constituição Federal, e interfere na livre gestão dos hospitais da rede privada.

III. Diante de todo o exposto, conclui-se pela inviabilidade do PL nº 14. Tendo em vista a inexistência de sustentação constitucional para que a vereadora seja autora de lei disciplinando o tema da proposição examinada, visto que se relaciona com a seara eminentemente administrativa da gestão pública, assunto da competência privativa do



Prefeito, no que concerne ao protocolos nas unidades de saúde municipais, assim como cria atribuições aos sistema de saúde privado e unidades hospitalares, que são responsáveis por estabelecer protocolos próprios, desde que em atenção com as orientações do Ministério da Saúde, do SUS e demais órgãos pertinentes.

Por conta da importância do tema e de sua relevância social, conforme já orientação outrora, sugere-se o encaminhamento da matéria, a título de sugestão, pela Câmara Municipal, às Secretarias e ao Conselho Municipal de Saúde e Assistência Social, e Conselho de Direito da Mulheres, se houver no município, para que estes promovam estudo técnico, a fim de verificar a viabilidade do protocolo proposto, mesmo que transversalmente.

O IGAM permanece à disposição.

Keite Amaral

KEITE AMARAL

Advogada, OAB/RS nº 102.781
Consultora do IGAM

André Leandro Barbi de Souza

ANDRÉ LEANDRO BARBI DE SOUZA

Advogado, OAB/RS nº 27.755
Sócio-Diretor do IGAM



Pause & Perin - Advogados Associados

Somar experiências para dividir conhecimentos

OAB/RS 7.512

Porto Alegre, 8 de abril de 2024.

Informação nº 789/2024

Interessado: Município de Rio Grande/RS – Poder Legislativo.
Consulente: Roger Rosa, Procurador Jurídico.
Destinatário: Presidente da Câmara de Vereadores.
Consultores: Gabriele Valgoi e Armando Moutinho Perin.
Ementa: Análise do Projeto de Lei, de nº 14/2024, de autoria parlamentar, que “Dispõe sobre a reserva de leitos para mães em situação de perda gestacional”. Inviabilidade por ser material e formalmente inconstitucional. Considerações.

Por intermédio de consulta eletrônica, registrada sob nº 21.443/2024, é solicitada análise do Projeto de Lei nº 14/2024, autora a Vereadora Professora Denise, que propõe a reserva, em maternidades, hospitais, casas de saúde e congêneres, que prestem serviços de obstetrícia, a realização de parto ou tratamento de parturientes, de 10% (dez por cento) dos leitos destinados a estes serviços às mães em situação de perda gestacional.

Passamos a considerar.

1. O exercício da competência legiferante pelo Município.

O Projeto de Lei nº 14/2024, no que se refere ao exercício da competência legislativa pelo Município, de acordo com o sistema de repartições constitucionais, especialmente o de “cuidar da saúde e assistência pública”, é da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos moldes do art. 23, inciso II, da Constituição Federal, portanto, o objeto da proposição se ajusta à competência do Município, pela dupla razão de que se trata



de assunto de interesse local, e que também pode o ente municipal suplementar a legislação federal, consoante art. 30, incisos I e II, da Lei Fundamental.

2. Do exercício da iniciativa parlamentar em razão da matéria.

No entanto, ainda que ajustada à competência legiferante do Município para suplementar legislação federal, no que respeita aos serviços públicos de saúde, nos moldes da Lei Federal nº 8.080/1990, entendemos que a iniciativa por parlamentar, em relação ao Projeto de Lei nº 14/2024, não encontra suporte jurisprudencial, na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, Tema nº 917, de que *“Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos”*.

Deste modo, embora as disposições do projeto, em sua quase totalidade, sejam diretrizes voltadas ao bem-estar físico e psicológico de mulheres que tenham passado por perda gestacional, de acordo com o parágrafo único do art. 1º, as disposições se aplicam tanto a instituições públicas, como privadas, e, nos arts. 3º, 4º e 5º, há obrigações referentes as condições de atendimento exclusivo, atendimento preferencial dos serviços de psicologia e critério para utilização do leito e remoção da paciente, disposições que caracterizam interferência na gestão do serviço de saúde prestado pela Administração Pública local, matéria cuja iniciativa para o impulso do processo legislativo é privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 60, inciso II, alínea “b” e “d”, da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul¹, e do art. 61, §1º, da Constituição Federal.

¹ Art. 60. São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

[...]

II - disponham sobre:

[...]



3. Análise da legística aplicada a formação da lei.

No que se refere a legística aplicada a proposição, conforme as disposições da Lei Complementar nº 95/1998, que *"Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal [...]"*, a inserção de cláusula genérica de revogação, como a trazida no art. 7º, contraria o disposto no art. 9º da referida Lei Complementar, o qual exige que a revogação de normas seja expressa e específica.

4. Conclusões.

Por todo o exposto, opinamos pela inviabilidade do Projeto de Lei de nº 14/2024, pois evidente a caracterização da inconstitucionalidade formal, no que se refere a regulação aplicada a órgãos e servidores públicos municipais, que de acordo com a orientação do STF no Tema nº 917, invade matéria privativa do Chefe do Poder Executivo, colidindo diretamente com o princípio da harmonia e independência entre os Poderes.

São as informações.

Documento assinado eletronicamente
Gabriele Valgoi
OAB/RS nº 79.235

Documento assinado eletronicamente
Armando Moutinho Perin
OAB/RS nº 41.960

b) servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, e reforma ou transferência de militares para a inatividade;

[...]

d) criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública.



Pause & Perin - Advogados Associados

Somar experiências para dividir conhecimentos

OAB/RS 7.512



Este é um documento eletrônico assinado digitalmente conforme o art. 1º, § 2º, inciso II, da Lei Federal nº 11.419/2006, de 19/12/2006. Para conferência do conteúdo, acesse, o endereço www.pauseperin.adv.br/verificador.php ou via QR Code e digite o número verificador: 583910442644645632



Handwritten signature or mark.